

A Batalha de Aljubarrota

Contexto político anterior à Batalha de Aljubarrota:

Após o reconhecimento do reino de Portugal e de D. Afonso Henriques como seu monarca, em 1179, pelo Papa Alexandre III, através da bula "*Manifestis probatum est*", Portugal experimentou nos dois séculos seguintes um crescimento significativo, tanto em termos geográficos, como económicos e demográficos.

Quando, em 1367, D. Fernando subiu ao trono encontrou o reino numa situação relativamente desafiada. Contudo, envolveu-se em três malogradas guerras com Castela e deixou-se influenciar pela rainha D. Leonor Teles e seus partidários, lançando o País numa situação economicamente delicada e numa grave crise política. No final do reinado de D. Fernando, o tesouro régio estava depauperado, os preços subiam em face da quebra continuada da moeda e o nível de vida das populações baixara significativamente.

Após a terceira guerra com Castela, em 1382, D. Leonor Teles, o Conde João Fernandes Andeiro e muitos nobres entenderam que uma união com Castela seria a melhor forma de acautelar os seus interesses e de terminar com um secular conflito entre os dois reinos, colocando-os sob a mesma família real. Desta forma, promoveram a assinatura do Tratado de Salvaterra de Magos, em 6 de Abril de 1383, no qual se previa o casamento de D. Beatriz, a única filha de D. Fernando e de D. Leonor Teles, com D. Juan I de Castela, que enviuvara no início desse ano. Segundo este Tratado, D. Leonor Teles, após a morte de D. Fernando, seria a regente da Coroa Portuguesa até que D. Beatriz tivesse um filho varão e este atingisse os 14 anos. A Coroa Portuguesa passaria então a pertencer aos descendentes do Rei de Castela, D. Juan I, passando a capital do Reino para Toledo. Esta situação significava que o Reino de Castela iria inevitavelmente dominar Portugal. O casamento real teve lugar em Maio de 1383, nas povoações raianas de Elvas (a 14 de Maio) e de Badajoz (a 17 do mesmo mês).

Quando D. Fernando morre, em 22 de Outubro de 1383, a situação que se cria, decorrente do Tratado de Salvaterra de Magos, provoca mal-estar e não agrada a um largo sector da nobreza de Portugal. Na corte portuguesa um personagem se destacava. Era João Fernandes Andeiro, um galego que apoiara o sonho expansionista de D. Fernando e mais tarde contribuíra para a elaboração do Tratado de Salvaterra. Muitos afirmavam também que era amante da rainha, D. Leonor Teles. O Conde Andeiro era um mestre da política internacional e manobrava habilmente os interesses e as emoções de D. Fernando e D. Leonor. Após a morte de D. Fernando, tornou-se o principal valido e conselheiro de D. Leonor.

Um largo sector da sociedade portuguesa entendia que o Infante D. João, meio-irmão de D. Fernando e filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, teria direito ao trono. Um grupo minoritário defendia, no entanto, as pretensões ao trono de D. João, Mestre da Ordem militar de Avis e filho bastardo de D. Pedro I.

Após alguma hesitação, o Mestre de Avis mata o Conde João Andeiro nos Paços da Rainha, em 6 de Dezembro de 1383. Conhecido este facto, rapidamente se alargou o número de apoiantes do Mestre de Avis, sobretudo nas maiores cidades do reino, como Lisboa. Com efeito, ao ter conhecimento desta notícia, o povo de Lisboa amotina-se e proclama D. João, Mestre de Avis, como "Regedor e Defensor do reino". No resto do país, muitos dos nobres e

alcaides de castelos, em obediência ao contrato de Salvaterra de Magos, continuam, contudo, a respeitar a rainha D. Leonor Teles e a aceitar a sua autoridade. Gera-se assim uma grave crise política, cujo desfecho estava ainda longe de se poder descortinar.

Causas da crise de 1383 a 1385:

Analisando a crise política de 1383 a 1385 em maior profundidade, é possível referir que vários factores políticos, económicos e sociais estiveram na sua origem.

A primeira razão que podemos apontar para esta crise, residiu nas divisões e rivalidades existentes dentro da nobreza portuguesa. Com efeito, desde o reinado de D. Afonso IV, que se iniciou em 1325, foi-se progressivamente operando uma profunda recomposição da alta nobreza, ou seja, das famílias nobres que frequentavam normalmente a corte e que beneficiavam prioritariamente de favores régios, como a atribuição de títulos, ou a concessão de recompensas. Em face deste processo de transformação, esta alta nobreza, aquando da morte de D. Fernando, era quase que exclusivamente composta por famílias de exilados castelhanos e galegos, como os Castros e sobretudo os Teles, que desde o reinado de D. Afonso IV se haviam refugiado em Portugal devido às guerras civis em Castela. Estas famílias foram progressivamente ganhando influência e poder dentro da corte portuguesa, sobretudo pela mão de D. Pedro I e mais tarde de Dona Leonor Teles, embora o seu número de elementos fosse relativamente reduzido.

Aquando da morte de D. Fernando, existia portanto um grande número de famílias antigas, que podemos classificar como pequena e média nobreza, que tinha perdido progressivamente o seu poder, e que se encontrava naturalmente descontente. Esta situação foi naturalmente geradora de tensões e mal estar, que favoreciam o desejo de alterações profundas dentro de várias famílias da nobreza portuguesa. Este desejo de alterações foi então facilitado e teve uma clara oportunidade de se expressar, pelo facto de D. Leonor Teles e os seus aliados defenderem uma solução política para Portugal que consistia na perda de independência para o Reino de Portugal. Esta solução não só era discutível legalmente, como era sobretudo do desagrado da grande maioria da população portuguesa.

Do lado de D. Leonor Teles não estava contudo apenas a alta nobreza. Estavam também alguns nobres que obtiveram de D. Leonor postos de confiança, como o cargo de alcaides de castelos, ou de deverem os seus laços matrimoniais a D. Leonor. Estão neste caso Martim Gonçalves de Ataíde, alcaide do castelo de Chaves, Pedro Rodrigues da Fonseca, alcaide do castelo de Olivença, João Afonso Pimentel, senhor de Bragança, Fernão Gonçalves de Meira, alcaide do castelo de Torres Vedras, Fernão Gonçalves de Sousa, alcaide do castelo de Portel, ou Gonçalo Vasques de Azevedo. Pelas relações pessoais que se estabeleceram com D. Leonor Teles, estes nobres ser-lhe-ão sempre fieis e defenderão os seus castelos contra D. João I, em muitos casos até depois da Batalha de Aljubarrota.

Todas as referidas contradições e tensões sociais existentes dentro da nobreza portuguesa, vieram à superfície após a morte de D. Fernando. Com efeito, em face de uma indefinição política que então se gerou, pelo facto de D. Fernando não ter deixado nenhum filho herdeiro, e pela perspectiva de uma invasão estrangeira, movida por D. Juan I de Castela, criaram-se condições objectivas para uma divisão e confrontação entre os diversos grupos sociais existentes, exteriorizando tensões acumuladas ao longo de décadas. Do lado de D. Leonor Teles estavam todos os interessados na manutenção da situação política e económica vigente,

enquanto do lado de D. João Mestre de Avis se encontravam todos os que pretendiam a sua profunda alteração.

É contudo justo referir que existe também um importante número de famílias da nobreza tradicional portuguesa, que por não se sentir identificada com nenhuma das duas referidas facções, adopta no início da crise, uma posição neutra, ou de apoio ao Infante D. João, filho de D. Pedro I, então preso em Castela por ordem de D. Juan de Castela. Encontram-se neste caso as famílias Pacheco, Cunhas, Coelho ou Coutinhos. Com o evoluir da crise política, a partir de 1383, estas famílias foram adoptando sucessivamente posições, em face do desenrolar dos acontecimentos políticos e militares.

Em segundo lugar é também importante referir outro grupo social que então se encontrava claramente descontente. Eram os filhos não primogénitos e bastardos, pois desde á muitos anos se viam afastados do acesso ao património familiar, em face das regras sucessórias existentes. Esta situação fez com que muitos membros de famílias portuguesas optassem por carreiras dentro das Ordens Militares, como forma de promoção social e de acesso á nobreza. Exemplos de famílias onde, por estas razões, muitos dos seus membros se especializaram na arte da guerra, são os Leitores, os Teixeiras, os Carvalhos, os Barretos e obviamente os Pereiras, onde se incluía Nuno Álvares Pereira. Estes membros de famílias portuguesas aderiram na sua quase totalidade á causa do Mestre de Avis, por verem neste partido a forma mais evidente de adquirirem direitos sociais e políticos, que até então lhe eram negados.

Mas a razão principal da crise de 1383 a 1385 foi o descontentamento popular, resultante tanto da degradação das condições de vida da generalidade da população, como da evolução política que o País tomava, onde se perspectivava a perda da sua independência.

A degradação das condições de vida resultavam de uma crise económica acentuada, que se verificava tanto em Portugal como na Europa, de sucessivas más colheitas agrícolas, inevitavelmente geradoras de fome, dos efeitos negativos das frequentes guerras contra Castela, e da ocorrência regular de diversas epidemias, como a Peste Negra. A responsabilidade para a degradação das condições era assim, e em primeiro lugar, atribuída ao poder instituído, ou seja, aos anos de governação de D. Fernando e de D. Leonor Teles.

Mas a insatisfação popular resultou também da perspectiva do Reino de Portugal perder a sua independência e de passar a ser governado por um rei estrangeiro. Esta insatisfação manifestou-se logo após a morte de D. Fernando, em Outubro de 1383, quando a regente D. Leonor manda apregoar por várias cidades de Portugal o pregão: “Arraial, arraial, pela rainha D. Beatriz nossa senhora”. Em várias povoações do Reino, como Lisboa, Santarém e Elvas, a população murmura e reage mal ao pregão. Esta reacção não resulta apenas de D. Leonor ser impopular, mas seguramente da perspectiva de domínio castelhano, que D. Beatriz inevitavelmente representava.

Mais tarde, após os acontecimentos em Lisboa, em 6 de Dezembro de 1383, onde D. João Mestre de Avis se afirma como líder, representando claramente uma alternativa política á união com o Reino de Castela, multiplicaram-se por todo o Reino, ao longo dos dois anos seguintes, exemplos de populações que aderem á sua causa. Encontra-se neste caso, e em primeiro lugar, a cidade de Lisboa, onde na própria noite de 6 de Dezembro o Mestre é aclamado pelo povo e onde, posteriormente, várias vezes lhe é solicitado que assuma o título de regedor e defensor do Reino. Em Janeiro, Almada e a cidade do Porto aderem ao Mestre. Mais tarde, em Maio,

Coimbra adopta a mesma posição. Podemos assim verificar que, rapidamente, as populações das principais cidades do Reino aderem ao Mestre.

Para alargar a sua base de apoio, D. João envia, logo a partir de Dezembro, emissários pelo Alentejo, onde ateiam uma verdadeira insurreição. As populações aderem ao Mestre e assaltam os respectivos castelos, como sucede em Beja, Portalegre, Estremoz e Évora. Noutros casos as populações apoiantes do Mestre de Avis tentam, sem sucesso, apoderar-se dos seus castelos, como sucede em Torres Vedras, Alenquer, Guimarães, Braga ou mesmo Santarém. Noutros casos ainda, como Tomar, Pinhel ou Montemor-o-Novo, a população, com o respectivo castelo, adere, sem luta, ao Mestre.

No sentido inverso não se conhecem casos. Com efeito, não se conhecem casos em que a população de uma povoação tenha aderido ao Rei de Castela, ou á sua esposa, D. Beatriz. Tal não significa que a maioria dos castelos existentes em Portugal não se tenham mantido fieis a D. Beatriz, mesmo até depois da Batalha de Aljubarrota. Estas posições dos alcaides nunca foram contudo representativas do sentimento das respectivas populações.

Mas este sentimento popular não se manifestou apenas na tomada de cidades ou castelos. Ele esteve sempre presente a partir de 1383, e manifestou-se de diversas formas e em diferentes ocasiões. Exemplos de manifestação desse sentimento popular foi a adesão imediata da povo de Lisboa á causa do Mestre de Avis, em Dezembro de 1383, ou a sua determinação em lutar pelo Mestre de Avis, em 1384, durante o terrível cerco de quatro meses a que Lisboa foi sujeita; ou a adesão do povo do Porto, em Janeiro de 1384, ao partido do Mestre, bem como a sua decisão, em Maio de 1384, de oferecer batalha aos castelhanos que ameaçavam cercar a cidade; ou a decisão do povo, que vivia em redor de Torres Vedras, de abandonar a cidade com o exército do Mestre de Avis, em Fevereiro de 1385, quando o Mestre desistiu do cerco que aí havia montado; ou a perseguição espontânea que muitas gentes fizeram aos homens de armas castelhanos, quando estes, em Agosto de 1385, fugiam para Castela, após a Batalha de Aljubarrota.

A sabedoria popular desde cedo soube identificar o partido que melhor garantias dava de defender as suas aspirações de curto e de longo prazo. Deste modo, do Minho ao Algarve, como maior ou menor evidência, a preferência das populações virou-se exclusivamente para D. João Mestre de Avis. Tratou-se de um fenómeno muito significativo, que contribuiu certamente para a consolidação da identidade nacional.

A reacção espontânea do povo foi a de aderir ao partido do Mestre de Avis, que não era responsável pela degradação económica dos anos anteriores, e simbolizava uma solução portuguesa para a crise política. D. Leonor Teles não representava seguramente uma solução para qualquer destas questões, pois além de estar associada á degradação económica existente, proclamara a sua filha, D. Beatriz, casada com o rei de Castela, como rainha de Portugal. O infante D. João também não representava essa solução política, pois vivia á vários anos em Castela, onde estava preso desde Outubro de 1383. Deste modo, o único pretendente que poderia permitir uma solução de independência do Reino de Portugal era claramente o Mestre de Avis. O seu comandante militar, D. Nuno Álvares Pereira, salientou muitas vezes este aspecto, como elemento de união entre os portugueses, nomeadamente nos momentos que antecederam as suas batalhas, ao referir frequentemente a necessidade de se fazer frente á invasão estrangeira.

A invasão de Portugal por um exército estrangeiro, tanto em 1384, como em 1385, obrigou a que os diferentes grupos sociais tivessem de optar por um dos lados em confronto. O apoio essencial foi contudo concedido pelo povo, ao reconhecer em D. João I a figura que melhor poderia assegurar a resolução dos seus problemas económicos e a defesa da independência do Reino de Portugal.

Em conclusão, é possível afirmar que existiram várias razões para a crise de 1383 a 1385. O partido do Mestre de Avis pôde então contar com o apoio de diversos grupos sociais, nomeadamente de certa burguesia e de uma parte importante da pequena e média nobreza portuguesa. Pôde também contar com um chefe militar excepcional, Nuno Álvares Pereira, que em muitos casos difíceis soube, com a sua coragem e eficácia, imprimir o rumo certo do desenrolar dos acontecimentos. Mas estes factores favoráveis nunca teriam proporcionado quaisquer hipóteses de sucesso a D. João Mestre de Avis, se a maioria esmagadora do povo, nomeadamente nas principais cidades, não tivesse aderido progressiva e espontaneamente á sua causa.

Descrição dos acontecimentos:

Ainda em Dezembro de 1383, e constatando a situação de incerteza e de indefinição política que se verificava, o Mestre de Avis envia emissários a D. Leonor Teles, que saíra já de Lisboa e se encontrava em Alenquer. Levavam-lhe uma proposta de casamento entre ela e o Mestre de Avis. Segundo esta proposta, o Mestre de Avis e D. Leonor Teles assumiriam a regência do Reino, até que o filho de D. Beatriz atingisse 14 anos e pudesse reinar. Após esse facto, o Mestre de Avis seria o governador do Reino. D. Leonor Teles recusa a proposta. Os partidários do Mestre começam então a preparar a defesa militar de Lisboa.

Depressa se percebeu a importância do auxílio de Inglaterra, reino com que Portugal tinha um tratado de aliança assinado em 1372 (o Tratado de Tagilde), e particularmente o apoio do Duque de Lencastre, John of Gaunt, que tinha pretensões ao trono castelhano. Desta forma são enviados, ainda em Dezembro de 1383, embaixadores a Londres, que são recebidos por Ricardo II e pelo Duque de Lencastre. A resposta do rei de Inglaterra foi favorável aos pedidos do Mestre, permitindo que os embaixadores portugueses recrutassem em Inglaterra homens de armas e arqueiros. Em contrapartida, o Mestre de Avis aceitou as pretensões do Duque de Lencastre ao trono de Castela.

Em Dezembro de 1383, o Mestre, perante a solicitação do povo para que se chamasse Regedor e Defensor do Reino, vai ao Mosteiro de São Domingos onde o povo se junta. Aí aceitou ser “seu defensor e pôr o corpo a qualquer aventura por honra do reino e pela defesa deles”.

Ainda em Dezembro de 1383, um jovem nobre, Nuno Álvares Pereira, entrou em cena. Filho segundo, saído de uma família ligada à Ordem de S. João do Hospital, foi recebido pelo Mestre de Avis em Dezembro, a quem transmitiu o seu apoio, tornando-se desde então o “braço armado” do partido do Mestre. Com pouco mais de vinte anos, foi nomeado fronteiro do Alentejo e depressa mostrou a sua capacidade militar.

O Mestre nomeia o seu Conselho, tendo por chanceler João das Regras. Neste Conselho participa um eclesiástico e vários legalistas e burgueses. Mais tarde juntar-se-á Nuno Álvares Pereira.

Para alimentar a guerra, o Mestre recolhe donativos em dinheiro de moradores de Lisboa, e levanta empréstimos em dinheiro e em valores.

De Santarém, e ainda em Dezembro, D. Leonor Teles envia então cartas a D. Juan de Castela dando-lhe conta dos acontecimentos em Lisboa, e pedindo-lhe que entre em Portugal com o seu exército, para restabelecer a ordem e devolver-lhe a regência do Reino.

Em Janeiro, vários castelos de Portugal são tomados ou aderem ao Mestre de Avis, como Beja, Portalegre, Estremoz, e Évora. A cidade do Porto adere também ao Mestre.

D. Juan I de Castela recebe esta carta em Janeiro, quando já se encontrava com o seu exército em Portugal, na cidade da Guarda. Parte depois para Celorico, passa por Miranda do Corvo, por Tomar, onde se verifica uma escaramuça com portugueses. Continua depois pela Golegã até Santarém, onde entra a 12 de Janeiro.

Em Santarém assume o governo de Portugal após ter pressionado D. Leonor Teles a ceder-lhe a regência do Reino. D. Juan I viola assim o Tratado de Salvaterra de Magos, que previa que D. Leonor se mantivesse como regente de Portugal, até que o filho de D. Beatriz atingisse os 14 anos. D. Leonor sente-se atraída, e envia recados a vários alcaides de castelos que estavam por si, referindo-lhes que não entreguem os castelos a D. Juan I de Castela.

D. Juan I passa a chamar-se abertamente Rei de Castela, de Leão, de Portugal, de Toledo e da Galiza. Manda em seguida cunhar moeda. Perante esta evolução era inevitável que a crise política iria ter uma solução militar.

Em Santarém, os castelhanos fazem desmandos, comportando-se como conquistadores. Alguns elementos de Santarém deslocam-se a Lisboa e incitam o Mestre a atacar o rei de Castela, “que eles os ajudariam”. Este plano não foi aceite, pois as barcas não chegariam mais longe senão até Muge.

D. Juan I de Castela envia então um destacamento de 1000 homens a Lisboa, pretendendo dar batalha a D. João, Mestre de Avis. O Mestre de Avis decide atacar estas forças castelhanas no Lumiar. Tal não chega contudo a suceder, pois os castelhanos furtam-se ao combate, retirando-se para Alenquer e para Torres Vedras.

Em Fevereiro D. Juan I de Castela opta por não iniciar o ataque a Lisboa, e decide dirigir-se para Coimbra para tomar o Castelo.

Ao descobrir uma conspiração de D. Leonor Teles contra ele, manda prendê-la e envia-a como prisioneira para o Convento de Tordesilhas, onde permanecerá até morrer.

Também em Fevereiro são aprisionados alguns navios de abastecimento castelhanos que entram na barra, com mantimentos para a frota castelhana que julgavam já estar em Lisboa, sendo o pescado utilizado pelo Mestre para o abastecimentos da capital e para o pagamento de soldos.

No final de Fevereiro D. Juan I de Castela desiste de tomar Coimbra, e dirige-se novamente para Santarém. Em Março sai de Santarém para Arruda, onde pondera entre cercar Lisboa, ou em atacar vários castelos que estão pelo Mestre de Avis. Opta por cercar Lisboa, logo que a frota castelhana chegue.

Sendo entretanto informado de uma incursão castelhana no Alentejo, D. João nomeia, em Março, Nuno Álvares Pereira fronteiro da comarca de Entre Tejo e Guadiana, com poder absoluto, quer militar, quer económico ou político. Foi autorizado por D. João a escolher, em Lisboa, 200 cavaleiros, dos quais 40 cavaleiros da primeira nobreza, entre os quais se incluíram Rodrigo Afonso Pimentel, Diogo Lourenço, João Pires, Martim Cotrim, Fernando Martins Brandão, Gomes Martins Zagalo, Afonso Lourenço e Lopo Rodrigues Façanha. Teve também autorização para juntar á sua hoste cerca de 1.000 homens a pé. Nuno Álvares Pereira parte então para o Alentejo, sendo acompanhado por D. João até Coima, onde se despedem.

A 6 de Abril de 1384, D. Nuno Álvares Pereira chefia um pequeno exército de 1.500 homens, que derrota uma força castelhana de 5.000 homens na Herdade dos Atoleiros, junto a Fronteira. Estava provado que o exército castelhano, apesar de muito superior, não era invencível. Este facto teve um efeito moral extraordinariamente importante junto dos apoiantes de D. João Mestre de Avis.

Após a Batalha dos Atoleiros, D. Nuno Álvares Pereira desenvolve várias acções no Alentejo, fazendo inclusivamente algumas cavalgadas em Castela. D. Nuno força os castelos de Arronches e de Alegrete a tomar o partido do Mestre.

Em face da notícia de que a frota castelhana se dirigia para Lisboa, parte para o Porto, a 14 de Maio, a frota portuguesa, comandada por Gonçalo Rodrigues da Sousa. Ainda em Maio, tomam-se medidas que reforçam a capacidade de resistência de Lisboa, no campo dos abastecimentos e da fortificação militar.

A frota castelhana começa a chegar a Lisboa em 26 de Maio, e em 29 de Maio o exército castelhano fecha o cerco á cidade. O quartel general do Rei de Castela é estabelecido em Santos-o-Velho.

Também em Maio, os portuenses ameaçados de cerco pelas forças do arcebispo de Santiago, decidem oferecer batalha em campo aberto fora da cidade. Reforçados pelos elementos da esquadra portuguesa, entretanto chegada ao Porto, obrigam os castelhanos a retirar, depois de algumas escaramuças.

Domingos Peres das Eiras propõe ao Mestre de Avis que se fosse a Coimbra convidar o conde D. Gonçalo, irmão da rainha D. Leonor Teles, para comandar a esquadra portuguesa. Com este convite pretendia-se atrair para a causa do Mestre não só D. Gonçalo, mas também outros portugueses hesitantes. O Mestre de Avis aceita que se faça o convite. Em Coimbra, D. Gonçalo responde aceitar o comando da frota portuguesa, em troca de receber as terras de sua irmã D. Leonor. Depois de obter de D. Nuno permissão, uma vez que estas terras lhe estavam prometidas, D. João concorda com a troca, obtendo assim a adesão de D. Gonçalo.

O Mestre escreve a D. Nuno para Évora, dizendo-lhe que se deslocasse com as suas gentes para o Porto para embarcar nesta frota. D. Nuno aceita, dirige-se para Coimbra e escreve para D. Gonçalo e a Rui Pereira, solicitando-lhes que o aguardem. Contudo estes, talvez por não quererem compartilhar esta grandiosa missão, não o quiseram esperar. Nuno Álvares Pereira regressa ao Alentejo, tendo um reencontro com os castelhanos na ribeira de Alapraia.

A frota portuguesa vinda do Porto, composta por 17 naus e 17 galés, enfrenta, a 18 de Julho, á entrada de Lisboa, a frota castelhana, na batalha do Tejo. A frota castelhana é composta por 61 naus, 16 galés, 1 galeota e várias carracas. Os portugueses perdem três naus e sofrem vários

prisioneiros e mortos, entre os quais Rui Pereira. A frota portuguesa consegue no entanto romper a frota castelhana, que era muito superior, e descarregar no porto de Lisboa os alimentos que trazia. Esta ajuda alimentar veio-se a revelar muito importante para a população que defendia Lisboa.

A 30 de Julho e por falta de água, Almada rende-se ao rei de Castela. No início de Agosto é descoberta uma conjura, na qual alguns portugueses abririam as portas de Lisboa aos castelhanos, no dia 15 de Agosto. A conjura é descoberta e os implicados são presos ou expulsos da cidade.

Em Agosto Nuno Álvares, que se encontra no Alentejo, conquista o castelo de Monsaraz. Posteriormente dá-se uma escaramuça entre D. Nuno Álvares, que se deslocava para Elvas e o castelhano João Rodrigues de Castanheda, nas margens do Guadiana junto a Badajoz, quando soube da presença dos castelhanos. Depois D. Nuno regressa a Elvas, onde toma conhecimento da presença de muitos castelhano no Crato, aguardando Pedro Sarmento, que por ordem de D. Juan I de Castela, saíra de Lisboa para enfrentar D. Nuno no Alentejo. D. Nuno parte então para Ponte de Sor, por Fonte da Figueira, para impedir a ligação das forças inimigas. Chegado a Avis teve conhecimento que as forças castelhanas tinham passado ali na véspera, pelo que opta por voltar a Cano e daqui a Évora. D. Nuno ordena então o seu exército no Divor para combater então os castelhanos. Estes cercam-no e não lhe dão batalha, criando uma situação muito perigosa para os portugueses. Aproveitando contudo a chuva que cai, D. Nuno rompe o cerco de noite e regressa a Évora. Perante esta situação Pedro Sarmento regressa a Almada. D. Nuno vai no encalço de Pedro Sarmento, passa por Palmela e ataca Almada, sem sucesso. Retira para Coina e depois vai a Palmela onde, durante a noite mandou fazer uma grande fogueira na torre do Castelo, de forma a que fosse vista em Lisboa. D. João depois de ver esta fogueira, respondeu também com outra feita nos seus Paços.

A 27 de Agosto, os portugueses resistem a uma acção de surpresa dos navios castelhanos sobre o porto de Lisboa, em simultâneo com um ataque terrestre á porta de Santa Catarina. O Mestre encoraja os portugueses a lutar, combatendo ele próprio junto ao rio, onde quase morre afogado. Os portugueses conseguem resistir.

Estando a situação muito deteriorada no interior da Cidade, sobretudo por falta de mantimentos, o Mestre considera duas hipóteses: chamar Nuno Álvares Pereira e atacar em conjunto com ele as forças castelhanas, o que implicava as forças de D. Nuno atravessarem o rio em batéis; ou o Mestre abandonar a Cidade com as suas forças, atravessando o rio em galés para a margem sul, juntar-se ás forças de Nuno Álvares Pereira e atacar o exército castelhano de norte para sul, depois de atravessar o rio Tejo mais a norte. D. Nuno, depois de ouvir as duas hipóteses, considerou que ambas eram arriscadas por implicarem uma travessia do Tejo frente a Lisboa, e opta por se esperar mais algum tempo. Esta posição foi comunicada ao Mestre.

Perante esta situação muito grave para os portugueses, D. Juan I de Castela decide terminar o cerco a Lisboa. Em parte pela determinação das forças portuguesas, que resistem, e por Lisboa estar bem murada e defendida, com a recente Muralha Fernandina. Mas houve contudo outra razão para esta decisão de D. Juan I, que consistiu numa epidemia de peste, que grassou entre as forças castelhanas. Na sua fase final esta peste chegou a matar 200 homens por dia. O monarca castelhano decidiu retirar-se para Castela a 3 de Setembro. A frota castelhana parte também para Castela, em 28 de Outubro.

É levada a efeito, em Lisboa, uma grandiosa procissão, na qual participa o Mestre de Avis, em acção de graças pelo sucesso da resistência de Lisboa. O Mestre de Avis é ratificado pela nobreza, clero e povo, em juramento solene, como Regedor, e Defensor dos Reinos de Portugal e do Algarve. Decide-se então pela convocação das cortes de Coimbra.

Nuno Álvares Pereira propõe ao Mestre que saíssem ao caminho do rei de Castela, atacando-o quando saísse de Santarém, em Chão de Couce, aproveitando a oportunidade de fraqueza que a sua situação lhes proporcionava. O Mestre concorda, mas o plano foi posteriormente abandonado pelo facto do rei de Castela ter partido mais cedo do que previam.

A 10 de Dezembro de 1384, o Mestre de Avis dirige-se para Torres Vedras, que cerca pois estava por D. Beatriz. Durante o cerco é descoberta uma conspiração contra a vida do Mestre, por parte do conde Gonçalo Gonçalves, D. Pedro de Castro, João Afonso Bessa e Pedro de Trastâmara. O conde Gonçalo é preso e os restantes fogem.

Afastados momentaneamente os combates com Castela, o partido do Mestre avançou, então, para a batalha política. Entre 3 de Março e 6 de Abril de 1385 reúnem-se Cortes, na cidade de Coimbra, com o objectivo principal de dar provimento às despesas de guerra e decidir a quem deveria caber o trono de Portugal. Nesta assembleia enfrentaram-se as duas correntes principais: a dos apoiantes do infante D. João de Castro e a dos apoiantes de D. João Mestre de Avis, embora também houvesse alguns que defendiam D. Juan de Castela ou Dona Beatriz. Destacou-se na argumentação utilizada o doutor João das Regras, que defendia o Mestre de Avis e que explicou detalhadamente porque razão nenhum dos restantes três pretendentes reunia as condições necessárias para ocupar o trono de Portugal. Simultaneamente, Nuno Álvares Pereira, com os seus trezentos escudeiros bem armados, contribuiu também para que as discussões não se prolongassem em demasia.

O Mestre de Avis é então proclamado, a 6 de Abril, Rei de Portugal. No dia seguinte ao encerramento destas cortes, D. João I atribui a Nuno Álvares Pereira, então com 24 anos, as funções de Condestável, ou seja, de comandante supremo do exército português.

Desde o início de Abril de 1385, a frota castelhana volta a colocar-se em frente a Lisboa, cercando a cidade. O Rei de Portugal é informado deste facto ainda em Coimbra, e envia um embaixador a Inglaterra, não só para obter o seu reconhecimento como Rei, mas para obter do rei de Inglaterra e do duque de Lencastre auxílio militar. Com o objectivo de ser reconhecido como rei, envia também embaixadores ao Papa e a todas as vilas e cidades portuguesas.

D. João I desloca-se a 15 de Abril ao Porto, onde é recebido festivamente. D. Nuno Álvares Pereira desloca-se a Neiva onde conquista o castelo. Parte em seguida para Viana do Castelo, onde ataca o castelo que se rende.

Em 8 de Maio D. João I desloca-se para Guimarães, que conquista de assalto com a ajuda de elementos que aí viviam, e cerca o castelo. O povo da cidade de Braga revolta-se quando tem conhecimento de que D. João I entrara em Guimarães. Tendo conhecimento disso, D. João I escreve a D. Nuno Álvares Pereira que estava junto ao Rio Minho, ordenando-o que fosse tomar o castelo de Braga. D. Nuno dirige-se então para Braga e cerca o castelo, que ao fim de um dia se rende.

Cerca de 13 de Maio, depois de se reunir com Nuno Álvares Pereira, em Ponte de Lima, D. João I dirige-se com D. Nuno para Braga. No dia seguinte partem os dois para Guimarães. O

alcaide de Guimarães, depois de pedir reforços ao rei de Castela, que se encontrava em Córdova, que lhe mandou dizer que não o podia socorrer, entrega o castelo a D. João I.

D. João I debate então, em Guimarães, com Nuno Álvares Pereira a atitude a tomar. Tem conhecimento de que D. Juan I de Castela está a cercar Elvas e que pretende depois dirigir-se para Lisboa. É também informado de que a frota castelhana já está toda em Lisboa, de tal forma que já não é possível utilizar o rio. Compreendem ambos que se se permitisse um novo cerco a Lisboa, com toda a probabilidade a cidade cairia, e com ela todo o Reino. Ambos acordam então que a melhor forma de se fazer frente ao perigo existente é o de dar batalha ao exército castelhano, ainda que este fosse de um enorme poderio como diziam.

Parte então D. João I para o Porto, com a finalidade de reunir um exército, aguardar o rei de Castela em lugar a definir, e combatê-lo.

Perante esta situação e com o objectivo de defender o direito ao trono de Portugal de sua mulher D. Beatriz, D. Juan I, rei de Castela, volta a invadir o País, pondo cerco a Elvas em 1 de Junho de 1385 e ordenando também uma invasão da Beira, com o objectivo de dividir as forças portuguesas e poder posteriormente avançar sobre Lisboa. Contudo a incursão beirã, comandada por Juan Rodriguez de Castanheda, é esmagada em S. Marcos, junto a Trancoso, naquela que ficou conhecida como a Batalha de Trancoso (travada a 29 de Maio de 1385). E Elvas resiste ao cerco. Nesta circunstância, o rei de Castela levanta o cerco ainda em Junho e desloca-se para Ciudad Rodrigo.

D. João I dirige-se em seguida, com D. Nuno Álvares, do Porto para Coimbra, e depois para Tomar, onde chegam a 14 de Junho. Daqui dirigem-se para Torres Vedras, cujo castelo está por Castela. Depois de alguns dias, passam nos arredores de Santarém, onde ocorrem escaramuças. O Tejo é atravessado a 26 de Junho, havendo uma forte escaramuça durante a travessia. O Rei dirige-se depois para Alenquer, onde assenta arraial.

Aqui tomam-se diversas decisões: Rei aguardará reforços de Lisboa, após o que se dirigirá para Abrantes; D. Nuno irá ao Alentejo reunir mais forças, juntando-se depois ao Rei em Abrantes; serão chamados os fidalgos da Beira, para participarem na batalha que se avizinha.

Terminado o Conselho, D. Nuno parte para Évora, donde escreve cartas a todos os homens de armas, peões e besteiros que cumpria levar consigo, pedindo-lhes que viessem rapidamente ter com ele, o que eles fizeram. De Évora deslocou-se a Estremoz.

Em 8 de Julho de 1385, D. Juan I, invade novamente Portugal, entrando por Almeida, com um numeroso exército onde se integram diversos nobres portugueses, seguindo depois por Trancoso, Celorico da Beira, Coimbra, Soure e Leiria. A esquadra castelhana havia entretanto cercado Lisboa por mar, desde Abril desse ano.

A 10 de Julho D. João I sai de Alenquer e dirige-se para Abrantes, onde chega a cerca de 15 de Julho. É informado de que o rei de Castela já entrou em Portugal. A 30 de Julho manda Martim Afonso de Melo a Estremoz avisar D. Nuno de que o rei de Castela já havia entrado em Portugal, pedindo-lhe que regressasse imediatamente, com as gentes que então possuísse. A 31 de Julho recebido o recado, D. Nuno levanta o acampamento e parte em direcção a Abrantes, indo pernoitar a Avis. Passa por Ponte de Sor e a 3 de Agosto chega a Abrantes.

A situação era grave pois muitos alcaides dos castelos do reino obedeciam a Castela. A 6 de Agosto, reúne-se em Abrantes o Conselho de Guerra português, com D. João I e D. Nuno. Discutem-se duas possibilidades: dar batalha ao inimigo, ou optar pela guerra de guerrilha, em face do grande número do exército castelhano. D. João I defende a segunda hipótese e propõe uma incursão em Castela através da Andaluzia, como forma de fazer regressar o exército de D. Juan I de Castela ao seu reino. Nuno Álvares Pereira opõe-se veementemente a esta opção e dispõe-se a oferecer sozinho, com os seus homens, batalha ao rei de Castela, como forma de salvar Lisboa e o reino de Portugal. Não havendo acordo dentro do Conselho de Guerra português, D. Nuno parte no dia seguinte sozinho com o seu pequeno exército para Tomar. Mais tarde, após reconsiderar a situação, D. João I muda de opinião, e com o seu próprio exército acaba por se juntar a D. Nuno Álvares Pereira em Tomar, no dia 8 de Agosto.

O Condestável manda então efectuar diversos reconhecimentos da marcha e das características do exército castelhano, entre 8 e 10 de Agosto. No dia 13 de Agosto, por ordem do rei, Nuno Álvares Pereira, com um grupo de cem cavaleiros, parte em direcção a Leiria, tentando observar o inimigo. Apesar de não o conseguir, teve oportunidade de escolher o terreno onde, no dia seguinte, se iria travar a batalha. De regresso ao arraial, comunica a opção a D. João I. No dia 14 de Agosto, Nuno Álvares Pereira coloca nesse terreno, logo pela manhã, o exército português, dando-se então a batalha de Aljubarrota.

Vale a pena, por último, destacar, como refere o Prof. José Mattoso, “que em 1385, existiam já importantes elementos de união em Portugal: o território está definido e a população, apesar de separada por vedações estatutárias e fossos étnicos, compõe uma nação, de aproximadamente 1 milhão de habitantes. A língua, o rei e toda uma teia de costumes e normas estabelecem os laços da identidade. Mas não há ainda a consciência generalizada dessa identidade. É coisa que está a cimentar-se, na solidariedade, na emulação e no perigo”. Estamos assim perante um processo em curso que, dependente da evolução política e militar, se poderia ou não consolidar.

O significado único da Batalha de Aljubarrota:

Como refere João Gouveia Monteiro, a batalha ocorrida no planalto de S. Jorge no dia 14 de Agosto de 1385 constituiu um dos acontecimentos mais decisivos da História de Portugal. Sem ela, o pequeno reino português teria, muito provavelmente, sido absorvido para sempre pelo seu poderoso vizinho castelhano. Sem o seu contributo, o orgulho que temos numa história largamente centenária, configurando o estado português como uma das mais vetustas e homogéneas criações políticas do espaço europeu, não seria hoje possível. Ao vencer o seu rival castelhano naquela tarde de 14 de Agosto, o recém-eleito D. João I não só abriu as portas à Segunda Dinastia portuguesa, como também possibilitou a preparação daquela que seria a época mais brilhante da história nacional - a época dos Descobrimentos. Aljubarrota deu, portanto, directa e indirectamente, um novo contorno à história de Portugal e do próprio Mundo, cujo extraordinário significado repercutirá para sempre pelos séculos fora.

Mas, mesmo vista à sua escala medieva, a Batalha de Aljubarrota, como veremos seguidamente, não pode deixar de ser considerada uma ocorrência da maior importância política, militar e diplomática.

Assim e do ponto de vista político, a batalha decidiu - como raras vezes acontecia com as pelejas medievais - a disputa política que dividia a Península e o próprio reino de Portugal, desde Outubro de 1383. A partir de Aljubarrota, e apesar de, durante muito tempo D. Juan I

não ter perdido a ideia de regressar a Portugal para se vingar, não mais os castelhanos voltaram a ser capazes de reunir um conjunto de tropas suficiente para ameaçar a integridade territorial do pequeno reino lusitano. Na sequência de uma inteligente estratégia de pressão desenvolvida ao longo das duas décadas seguintes, Portugal acabaria por forçar a paz, assinada em Ayllón (Segóvia) a 31 de Outubro de 1411. O destino lusitano pôde, então, assumir outros contornos, esculpidos, primeiro, nas praças marroquinas do Norte de África, e, mais tarde, no azul dos oceanos que conduziram à Índia e ao Brasil.

Após a vitória nos campos de Aljubarrota, o pequeno partido que, à morte de D. Fernando, se agrupara em redor do Mestre de Avis, pôde, enfim, respirar fundo: logo depois da batalha, a poderosa Santarém caiu nas mãos do monarca eleito em Coimbra, seguindo-se-lhe Leiria, Óbidos, Alenquer, Vila Viçosa e, a curto prazo, todas as outras bolsas de resistência que - sobretudo no Alto Minho - mantinham a voz por D. Beatriz.

Do ponto de vista estritamente militar, a batalha de Aljubarrota configurou um dos marcos mais representativos da evolução dos sistemas e dispositivos táticos utilizados na guerra praticada no Ocidente europeu nos finais da Idade Média. Desde o triunfo da “Cavalaria Pesada”, nos meados do Séc. XI, e até ao primeiro quartel do Séc. XIV, o desfecho da esmagadora maioria das batalhas campais europeias fora decidido pela capacidade ofensiva dos combatentes montados. Mas na primeira metade do Séc. XIV um novo modelo de guerra começou a impor-se. Em várias zonas da Europa - Países Baixos, Ilhas Britânicas, Suíça - ensaiaram-se novas táticas assentes predominantemente em corpos de infantaria, que vieram demonstrar a capacidade das forças apeadas derrotarem contingentes de cavalaria, mesmo quando em situação numérica desfavorável. Estas novidades chegaram ao território francês em meados da centúria, no contexto da Guerra dos Cem Anos. Na Batalha de Crécy (travada a 26 de Agosto de 1346) e, dez anos mais tarde, em Poitiers (19 de Setembro de 1356), os exércitos ingleses envolvidos na Guerra dos Cem Anos puderam, enfim, pôr em prática, com resultados devastadores, um novo modelo tático que alteraria completamente o equilíbrio militar tradicional. Esse novo sistema assentava na combinação de corpos de homens de armas desmontados, armados com lanças, com corpos de atiradores, armados com arco ou besta posicionados nas alas (geralmente em posição levemente avançada), uns e outros defendidos por uma forte retaguarda de reserva, na maioria dos casos montada e chefiada pelo próprio rei. O segredo completava-se com uma atitude estratégica ofensiva (tomar a dianteira e escolher o terreno, provocar o adversário, precipitar o combate), sabiamente combinada com uma postura tática eminente defensiva (procurar o abrigo de obstáculos naturais, associar-lhes obstáculos artificiais por via de escavações e de empilhamento de materiais, aguardar a investida inimiga). Durante décadas, o novo sistema tático inventado pelos ingleses massacrou a numérica e militarmente muito mais poderosa cavalaria francesa, incapaz de se adaptar à nova lógica militar. Mas a experiência não decorreu apenas nos palcos da Guerra dos Cem Anos. Com efeito, em 1367, em Nájera (Navarra), e, sobretudo, em 1385, em Aljubarrota, o sistema foi também posto em prática e aperfeiçoado, com os resultados devastadores que se conhecem. O combate de S. Jorge, onde - convém não esquecer-lo - lutaram muitas centenas de homens de armas ingleses e franceses, corresponde, assim, à entrada na fase da maturidade de um novo sistema militar, ao mesmo tempo que constituiu um dos mais emblemáticos exemplos europeus da sua genialidade.

Finalmente e do ponto de vista diplomático, a Batalha de Aljubarrota privilegiou definitivamente a aliança de Portugal com Inglaterra, que se materializou no ano seguinte, em 1386, através do Tratado de Windsor. Esta aliança diplomática com Inglaterra haveria de chegar até aos nossos dias. Por outro lado, definidas as fronteiras terrestres com Castela, e

estabelecido com Castela o Acordo de Paz em 1411, ficou perfeitamente entendido em Portugal, e mesmo em Castela, que a identidade do povo português estaria definitivamente associada à independência do Reino de Portugal.

Os principais momentos da Batalha:

No dia 14 de Agosto, logo pela manhã, o exército de D. João I ocupou uma posição fortíssima no terreno, escolhida na véspera por Nuno Álvares Pereira. É a chamada “Primeira Posição”, no extremo Norte do planalto de S. Jorge, controlando a estrada medieval (herdeira da via romana). A vanguarda do exército castelhano, que partira dos arrabaldes de Leiria e seguia por essa mesma via, começou a avistar o local ao final da manhã. Analisada a situação e ponderado o risco, decidiram evitar o choque com os portugueses, uma vez que isso implicaria a subida de um terreno em condições extremamente desfavoráveis. Preferiram tornear a posição portuguesa pelo lado do mar, utilizando a rede de caminhos secundários, para retomarem a via principal mais a sul, na esplanada do Chão da Feira. O exército português constituído por aproximadamente 8.000 homens de armas, moveu-se, então, uns dois quilómetros para Sul e inverteu a sua posição de batalha para ficar voltado para Sul, encarando de frente o inimigo.

Confiante na sua superioridade numérica, a hoste castelhana, admitia agora combater. Enquanto isso, o exército português tirava o máximo partido da sua nova posição no planalto de S. Jorge. A frente era bastante estreita e achava-se bordejada, a nascente e a poente, por duas linhas de água, que coincidiam com outros tantos barrancos. A espera permitira também efectuar, ou completar, uma série de fortificações acessórias, destinadas a reforçar a protecção dos flancos e a criar dificuldades ao avanço castelhano. Assim, rasgaram-se fossos e cavaram-se covas-de-lobo, que escavações arqueológicas (de Afonso do Paço, nos anos 60 do Séc. XX, e outras mais recentes) colocaram a descoberto. Cortaram-se e empilharam-se troncos de árvores, formando-se com eles "abatisses". Depois, uma grande parte deste dispositivo de defesa foi disfarçada com ervas e ramagens.

A hoste portuguesa desenhou, então, no terreno, uma espécie de quadrado. A vanguarda, comandada por Nuno Álvares Pereira, comportava homens desmontados armados com lanças. Lateralmente, e avançando em relação a esta linha, duas alas formadas por corpos de arqueiros e besteiros. Duzentos ou trezentos metros atrás da vanguarda, estava a retaguarda ou reserva, também ela apeada e comandada por D. João I. Ao fundo de tudo ficou estacionada a carriagem, ou trem de apoio. Os flancos foram forrados com tropas de composição mista.

A vanguarda castelhana, formada a uns 700 metros a Sul, incluía um grande número de "lanças" dispostas em várias fileiras. Em cada uma das alas havia centenas de cavaleiros. A retaguarda, ainda incompleta quando se iniciou o combate, reunia alguns milhares de "homens de armas", distribuídos por várias linhas.

Depois de estacionado na esplanada de Chão da Feira, o monarca castelhano reuniu o seu conselho de guerra, tendo sido defendidas duas grandes posições:

- Aqueles que defenderam que não se devia atacar, argumentando que já era tarde, as tropas estavam cansadas, não tinham comido e o inimigo encontrava-se numa boa posição. Dentro desta opção, discutem-se duas alternativas possíveis: não tomar qualquer atitude, ordenando as forças e aguardando, o que levaria os portugueses a ter de tomar a iniciativa, saindo da sua

posição e perdendo a vantagem; ou ignorar o exército português e continuar a progressão para Lisboa, que era o objectivo da expedição.

- Aqueles que defenderam que se devia atacar, resolvendo já o problema, sublinhando que seria uma grande desonra mostrar medo de tão pequeno exército. Em defesa desta opção destaca-se o nobre português D. João Afonso Telo.

Por decisão (ou como consequência de alguma indecisão que gerou desobediência), concretizou-se a opção de atacar. Seguiram-se diversos acontecimentos, dos quais podemos destacar os seguintes:

1.º Das 17:45 até às 18:15 - o primeiro assalto:

Enquanto D. Juan I reunia e ouvia o seu conselho de guerra, 16 trons foram instalados à frente da vanguarda do exército castelhano, a cerca de 800 metros da vanguarda do exército português. 100 metros atrás, ou seja, a 900 metros da vanguarda do exército português, estava a primeira linha da vanguarda castelhana, composta na sua grande maioria por cavaleiros franceses. Cerca de 600 metros atrás da primeira linha, estava D. Juan I de Castela, com a sua escolta. Nessa segunda linha começavam-se a estabelecer, à medida que chegavam, o resto das lanças montadas, dos peões e dos besteiros. Um pouco atrás, tinha-se montado a tenda real e algumas outras, onde se colocaram diversas bagagens.

Quando se tomou evidente que um conjunto de cavaleiros ia iniciar o ataque às posições portuguesas, os referidos trons dispararam as suas cargas (pelouros de pedra), dando início à Batalha de Aljubarrota. Um desses tiros atingiu a ala direita portuguesa, matando dois escudeiros portugueses e um arqueiro inglês. Estes tiros causaram grande consternação na hoste portuguesa, uma vez que a grande maioria dos homens de armas portugueses desconhecia esta arma. Um escudeiro português disse nesse momento: "não tenhais medo, pois eu vi os dois homens que morreram à oito dias entrarem numa igreja e matarem o clérigo que aí dizia missa. Isto significa que Deus, que nos vai dar hoje a vitória, não quer que estes dois homens nela participem, ou beneficiem da sua honra!" E todos os que isto ouviram, redobram o seu propósito de lutar contra os seus inimigos.

O Condestável português havia entretanto desmontado e, rodeado pela sua guarda pessoal de 50 escudeiros, encontrava-se junto à sua bandeira, instalada numa pequena colina, no local onde hoje se encontra a Ermida de São Jorge. A vanguarda dispunha de 600 lanças dispostas possivelmente em três fileiras, ao longo de 180 metros. A ala esquerda, a Ala dos Namorados, mais próxima do Condestável, era comandada por Mem Rodrigues de Vasconcelos e por seu irmão Rui Mendes. Esta ala, onde sobressaía uma grande bandeira verde, dispunha de aproximadamente 400 besteiros, 200 lanças e 650 homens a pé. A ala direita, que dispunha de aproximadamente 200 arqueiros ingleses, 100 besteiros, 200 lanças e 750 homens a pé, era comandada por Antão Vasques. Sobre ela pairava a bandeira de São Jorge. Os dois lados da sua saliência ocupavam 260 metros.

Poucos minutos depois, pelas 17:45 horas, a vanguarda do Rei de Castela, constituída por cerca de 2.000 cavaleiros, na sua quase totalidade tropas auxiliares francesas, iniciou o ataque. Avançando a galope, estes cavaleiros passaram a estar, a partir dos 400 metros, debaixo do alcance dos virotões dos besteiros portugueses. A menos de 300 metros passaram a receber igualmente as setas disparadas pelos arqueiros ingleses, armados com os temíveis *long bows* (arcos longos). Atingidos pelos virotões primeiro e depois também pelas flechas, cavalos e

cavaleiros começam a cair. À medida que a zona central do planalto foi ficando mais estreita, foram-se apertando uns contra os outros. As baixas começaram a multiplicar-se e a confusão foi alastrando. Os cavalos e cavaleiros caídos por terra e feridos arrastaram consigo outros, que caíram igualmente. Devido ao peso das suas armaduras e às feridas sofridas, os cavaleiros tinham dificuldade em se levantar. A menos de 250 metros da vanguarda portuguesa, os cavalos começaram a cair nas covas-do-lobo e nos fossos criados pelos portugueses. Os cavaleiros que mesmo assim conseguem chegar a menos de 100 metros da vanguarda portuguesa, saltando com os seus cavalos os fossos e as covas-do-lobo, estavam sujeitos a um crescente aperto, devido à existência dos abatisses que estreitavam o acesso à vanguarda portuguesa. Com falta de espaço, sujeitos aos contínuos disparos de virotões e flechas e às quedas dos seus cavalos, muitos cavaleiros desmontaram e procuram continuar a combater a pé. Contudo, além de não conseguirem romper a vanguarda portuguesa, foram sujeitos a um forte ataque dos homens de armas portugueses da vanguarda, com lanças e armas de choque.

Combatendo isoladamente do resto do exército castelhano, que ainda não tinha avançado, os cavaleiros franceses sobreviventes lutaram desesperadamente, mas acabaram por ter de se render aos portugueses. Foram então aprisionados cerca de 1.000 cavaleiros franceses, que foram levados para trás da vanguarda portuguesa. Alguns começaram a negociar o resgate. A maioria aguardava a chegada do exército de Castela, confiantes que os viriam livrar do cativoiro.

2.º Das 18:15 até às 19:30 - o segundo assalto:

Observando, à distância, o desenrolar dos acontecimentos e tendo recebido os relatos de alguns cavaleiros franceses que tinham conseguido regressar para junto da posição castelhana, D. Juan I toma, pouco depois das 18:00 horas, conhecimento da terrível notícia. Alguns nobres castelhanos aconselham o Rei de Castela: "Meu Senhor, o sol já está posto, pelo que não devemos continuar aquela hora o combate; devemos antes esperar pelo amanhecer, e reagrupar até lá as nossas tropas, que não comeram e estão cansadas". Contudo, D. Juan I respondeu: "Quem tal conselho dá não preza a minha honra, pois nunca poderei deixar presos em mãos inimigas cavaleiros do meu exército".

Tocaram então as trombetas e os tambores muito fortemente, e ouviram-se vozes que gritavam "Por Santiago! Por Santiago!" e "A eles! A eles!". O exército castelhano iniciou pelas 18:15 horas o avanço com a sua vanguarda, alas, e retaguarda. Na primeira linha vinham cerca de 3.000 cavaleiros, na sua maioria castelhanos mas também vários nobres portugueses, entre os quais o Conde D. João Afonso de Teles, irmão de D. Leonor Teles. Estes cavaleiros avançavam organizados em três filas, cada uma com 1.000 cavaleiros. A maior parte destes cavaleiros estavam munidos de longas lanças. Numa segunda linha, algumas centenas de metros atrás, vinham cerca de 4.000 ginetes, para além de cerca de 500 besteiros castelhanos e diversos homens de armas. Com o exército castelhano avançou a bandeira do monarca castelhano, onde se viam os brasões de Castela e de Portugal, e muitas outras bandeiras e estandartes da nobreza castelhana.

Embora no início do avanço as linhas castelhanas estivessem alinhadas, depressa começaram a ter dificuldade em manter as filas paralelas, devido à configuração do planalto. As duas alas viram-se impedidas de progredir pelos flancos. A vanguarda castelhana continuou o seu avanço, e as alas, comprimindo-se, procuraram segui-la. O conjunto tornou-se primeiro convexo, e depois informe e compacto. Quando ultrapassou a linha dos 400 metros de distância das forças portuguesas, a vanguarda castelhana passou a estar também sob o efeito dos virotões

dos besteiros portugueses, provocando a queda de cavalos e cavaleiros e causando mortos e feridos. A partir de então, em face dos obstáculos artificiais que se avistavam e da falta de espaço para os cavalos poderem avançar livremente, a maioria dos cavaleiros castelhanos desmontou e tentou percorrer a pé as escassas centenas de metros que faltavam para atingir o exército português. As suas compridas lanças, que se destinavam a combate montado, seriam quebradas para se adaptarem à luta corpo a corpo que se avizinhava. Contudo, nem todos os cavaleiros castelhanos desmontaram e algumas dezenas conseguiram chegar à zona da vanguarda portuguesa.

A partir do momento em que sentem que estão debaixo dos virotões e das flechas, tanto cavaleiros como homens a pé procuram acelerar o passo. Devido à grande concentração de homens, ao progressivo estreitamento da frente de batalha e aos obstáculos artificiais existentes (covas-do-lobo e fossos) que lhes provocavam continuamente quedas, os atacantes vão-se acotovelando, tropeçando em corpos de homens estendidos no chão e vêm-se cada vez mais apertados. Devido a este estreitamento no espaço disponível para o avanço, a retaguarda castelhana estava já encostada à vanguarda castelhana, de tal forma que constituíam apenas um conjunto único de homens. Os cerca de 400 besteiros castelhanos que acompanhavam os homens de armas da vanguarda, viram-se incapazes de utilizar eficazmente as bestas, por não terem campo de tiro livre. Entretanto os homens de armas iam sendo atingidos pelas flechas e virotões dos atiradores ingleses e portugueses.

Todas estas circunstâncias fizeram com que os últimos 300 metros, antes de ser atingida a vanguarda portuguesa, fossem percorridos com um grau crescente de dificuldades. Não podendo atacar pelos flancos, dadas as duas linhas de água que torneavam o planalto, e não podendo vencer os obstáculos artificiais que se deparavam no terreno (abatisses, fossos e covas-de-lobo), os castelhanos foram convergindo para o centro do planalto, convertendo-se numa massa confusa, amontoada e disforme. Perderam velocidade de progressão no terreno e o número de baixas foi aumentando. A compressão foi de tal ordem que muitos castelhanos mortos não apresentavam qualquer ferimento, tendo morrido esmagados ou sufocados.

Perante este avanço, os portugueses tocaram as suas trombetas, e a vanguarda avançou em boa ordem, passo a passo, com as lanças debaixo do braço, apontadas a direito, numa frente de aproximadamente 250 metros de largura.

Apesar da investida castelhana ter abrandado a velocidade, de ter sido encaminhada para um estreito corredor em frente do exército português, e do elevado número de baixas sofridas durante o processo de aproximação, cerca de 2.000 homens castelhanos chegou ainda com alguma força à vanguarda portuguesa, mais junto à ala esquerda portuguesa, perto da zona onde se encontrava Nuno Álvares Pereira e a sua bandeira. Deu-se então o choque com a vanguarda portuguesa, onde, num primeiro momento, cada parte procurou crivar as suas lanças nos seus inimigos. Simultaneamente, os besteiros portugueses e arqueiros ingleses continuavam a flagelar os assaltantes castelhanos. Nos intervalos dos seus lançamentos, os peões portugueses, situados atrás dos besteiros e arqueiros, arremessavam um elevado número de pedras e lanças. Nesse momento, e neste segundo assalto, já os assaltantes castelhanos tinham sofrido cerca de 3.000 feridos e mortos.

Após os momentos iniciais do choque, as lanças de ambas as partes tinham sido crivadas ou lançadas, deixando portanto de poder ser usadas. Os combatentes de ambas as partes passaram então a usar outras armas, como espadas, punhais ou machados. O combate transformou-se numa violenta luta corpo a corpo, que se prolongou por vários minutos. No meio de uma

grande gritaria de parte a parte, Nuno Álvares Pereira clamava: "Ah, portugueses, lutai por vosso rei e por vossa terra!".

Na sequência desta luta brutal, cujo barulho podia ser ouvido a longa distância, a vanguarda portuguesa acabou por ceder, abrindo a passagem a cerca de 1.500 homens de armas castelhanos. Outros castelhanos ficaram a enfrentar a parte não destruída da vanguarda portuguesa. A coluna de assaltantes que conseguiu forçar a linha de vanguarda continuou a avançar de forma desordenada, o que aumentou o atropelo. A ruptura da vanguarda portuguesa deu-se junto à ala esquerda, ou seja, a Ala dos Namorados, razão pela qual houve aí maior número de baixas portuguesas. Mem Rodrigues de Vasconcelos e seu irmão Rui Mendes, que comandavam esta ala, foram alguns dos que ficaram feridos.

Perante a ruptura da vanguarda portuguesa, as duas alas laterais recuaram, colocando-se entre a vanguarda e a retaguarda portuguesa. Com efeito, não havendo inimigos que estivessem a atacar as alas, os besteiros portugueses e os arqueiros ingleses puderam recuar e virar-se para o interior do "quadrado" português, alvejando os assaltantes castelhanos que aí haviam penetrado. O mesmo faziam os homens de armas portugueses aí situados, que atacavam os assaltantes com as suas lanças.

Contudo, este movimento das alas portuguesas não conseguiu impedir o avanço dos castelhanos. A retaguarda, onde se encontrava D. João I, obedecendo à ordem do monarca, avançou. O rei gritou: "Avante, senhores, avante! Por São Jorge e Portugal de que eu sou Rei!". Correndo para os assaltantes, a retaguarda portuguesa provocou o choque a cerca de 150 metros a norte da vanguarda portuguesa, a que se seguiu um duro combate. Os portugueses utilizaram neste combate as suas espadas, punhais e fachas. Os homens de armas portugueses da retaguarda tinham, poucos metros atrás de si, os seus pagens e tratadores com os seus cavalos à mão. Quando estes homens de armas portugueses avançaram em direcção ao inimigo, foram seguidos por eles.

Após este choque, os castelhanos deixaram de avançar. Com este movimento, que assume uma importância decisiva na batalha, os assaltantes castelhanos ficaram pressionados por vários lados pelos portugueses. Com efeito, sendo atacados violentamente por três lados, os homens de armas castelhanos sofreram significativas baixas. A norte enfrentavam a retaguarda portuguesa, com cerca de 2.000 homens de armas. A este e oeste as alas portuguesas, com cerca de 1.200 peões, besteiros e arqueiros. E a sul, cerca de 350 lanças, que haviam sobrevivido ao rompimento castelhano. É nesta fase que se dá o combate a pé entre D. João I e um cavaleiro castelhano, D. Álvaro Gonçalves de Sandoval. O Rei de Portugal, ao procurar desferir um golpe, foi derrubado e ficou privado da sua arma, uma facha. Surgiu então um cavaleiro português, D. Martim Gonçalves de Macedo que, colocando-se entre o Rei e o cavaleiro castelhano, conseguiu desferir um golpe e matar o cavaleiro castelhano, salvando a vida do rei de Portugal.

Enquanto alguns castelhanos continuavam a combater, outros, feridos e cientes do desfecho que se avizinhava, começaram a procurar fugir. A bandeira castelhana foi derrubada, o que aumentou a desorientação entre as forças de D. Juan I. Alguns fogem em direcção ao arraial castelhano e este movimento foi observado por alguns pagens portugueses, que exclamaram: "Já fogem, já fogem!". Este grito contribuiu para que os restantes sobreviventes castelhanos, cerca de 500, fugissem também.

Os portugueses conseguiram assim em primeiro lugar parar o avanço castelhano, e

posteriormente, à custa de luta corpo a corpo, empurrar progressivamente os castelhanos para sul, e depois, mesmo para fora da sua vanguarda. Este movimento fez com que muitos, recuando a lutar, caíssem na ribeira aí existente, e nos fossos construídos pelos portugueses. Isto sucedeu também com os cavaleiros castelhanos que continuaram a avançar montados, e que saltaram com os seus cavalos um fosso que existia em frente da vanguarda portuguesa. Todos foram derrubados dos cavalos, e nenhum sobreviveu. Neste aspecto, repetiu-se o que havia já sucedido com os cavaleiros franceses aquando do primeiro assalto.

Neste momento as alas portuguesas recolocaram-se na sua posição inicial, e ainda tinham alguns projecteis por utilizar. A vanguarda portuguesa, embora desfalcada, tinha conseguido restabelecer a sua frente. Mas a segunda linha castelhana, em organização ao longe, constituía uma ameaça.

Generalizou-se então a fuga dos assaltantes castelhanos em direcção ao acampamento castelhano. A segunda linha castelhana, onde estava o rei de Castela, começou a formar para iniciar o ataque à posição portuguesa. Contudo, ao deparar com um imenso pelotão de castelhanos que retrocediam, desmoralizou e acabou por não iniciar o seu ataque.

Nesta altura, pelas 18:45 horas, perante o desbarato dos castelhanos, os portugueses tomaram a iniciativa. Procurando explorar o sucesso, passaram à ofensiva, gritando, e perseguindo a cavalo os adversários que tinham sobrevivido e que procuravam fugir. Este movimento de contra-ataque a cavalo, prolongou-se até à tenda Real de D. Juan de Castela, e em direcção a Leiria até à Canoeira. Foi na Canoeira que caiu em mãos portuguesas o altar de campo de rei de Castela.

Por esta altura, muitos cavaleiros castelhanos procuravam fugir, cavalgando para longe do campo de batalha. Uns largavam as suas armas para mais facilmente poderem fugir. Outros viravam as suas roupas do avesso, de forma a não poderem ser reconhecidos como castelhanos. Muitos, com medo, saíam das estradas e metiam-se no mato, acabando por se perder.

3.º Das 19:00 até às 19:45 - o assalto á carriagem portuguesa:

A ala esquerda castelhana, chefiada por Don Gonçalo Nunes de Gusmão, composta por aproximadamente 700 cavaleiros, havia desde o início deste segundo assalto avançado pela zona do Tojal, contornando a ala esquerda do exército português. Vendo que o ataque frontal ao exército português não era possível, em face do Vale da Mata que tinha diante de si e que torneava a ala esquerda portuguesa, optou por avançar mais pela direita, longe do exército português. Mais a norte, tendo já contornado completamente o exército português, subiu ao planalto de São Jorge, inflectiu para sul, e atacou a carriagem portuguesa. Este ataque verificou-se aproximadamente no momento em que se iniciava o contra ataque português à tenda real de Castela.

Don Gonçalo Nunes de Gusmão contava que o assalto do exército castelhano à vanguarda portuguesa durasse bastante mais tempo de que sucedeu, pelo que, ao atacar a carriagem portuguesa, submeteria o exército português a dois ataques simultâneos, um na vanguarda, outro na retaguarda. Contudo, o seu ataque ocorreu quando o ataque castelhano à vanguarda portuguesa já havia terminado, cerca das 19:00 horas, e quando muitos castelhanos já procuravam fugir. Não deixou contudo de ser um ataque violento, que se traduziu em várias investidas na zona da carriagem. A carriagem portuguesa era defendida por homens a pé e besteiros, que entrincheirados por detrás das bagagens, de carroças derrubadas e de outros

obstáculos artificiais que conseguiram utilizar, atiravam pedras, lanças e disparavam virotões. Sabendo que o ataque principal castelhano já tinha sido repellido, e que não tardariam a chegar reforços, os portugueses aguentaram estes ataques, embora em grande dificuldade.

Perante a situação difícil em que se encontrava a carriagem portuguesa, D. João I avisou D. Nuno Álvares Pereira, dizendo-lhe que socorresse imediatamente aqueles portugueses. Estando cansado e não dispondo de cavalo, temeu em não conseguir chegar a tempo, uma vez que a carriagem se situava cerca de 350 metros a norte. Valeu-lhe então o comendador-mor Pêro Botelho que, estando montado, se apeou e cedeu o cavalo ao condestável. Quando D. Nuno aí chegou, acompanhado por outros homens de armas portugueses, exortou os portugueses que defendiam essa posição, dando-lhes palavras de incentivo. Em face disto, a peonagem portuguesa ganhou novo alento e resistiu enquanto que os ginetes castelhanos, ao verem que o Condestável português se apresentara com reforços, acabaram por desistir do ataque.

4.º A partir das 19:15 – a retirada de D. Juan I de Castela:

Perante a debandada geral castelhana, os homens da guarda de D. Juan I colocaram o monarca doente num cavalo e, com uma escolta de cem cavaleiros, abandonaram o campo de Aljubarrota dirigindo-se para Santarém, evitando que o monarca castelhano caísse prisioneiro. Um jovem nobre português, Vasco Martins, que havia jurado matar o monarca castelhano, montou também num cavalo e conseguiu ao fim de alguns quilómetros misturar-se com os cavaleiros castelhanos que acompanhavam D. Juan. Contudo a cruz de São Jorge, que trazia na sua roupa, denunciou-o, sendo então morto pelos cavaleiros castelhanos.

Don Juan de Castela chegou a Santarém cerca da meia-noite, doente, exausto e desesperado. Embarcou nessa mesma noite em direcção a Lisboa, onde chegou no dia seguinte, 15 de Agosto, onde embarcou na sua frota seguindo, por mar e em segurança, até Sevilha.

Perante a debandada geral do exército castelhano segue-se uma curta, mas devastadora perseguição portuguesa durante o final da tarde. O escudeiro inglês Harteaele discutiu com D. João I, pedindo cavalos para que os cavaleiros portugueses pudessem perseguir os fugitivos. O Rei recusou, pois era tarde e o inimigo ainda era muito poderoso, referindo: "Quem tudo quer tudo perde. Agradeçam a Deus que nos deu a honra e a vitória".

O exército castelhano precipitou-se numa fuga desorganizada. Até à manhã do dia seguinte, milhares de castelhanos em fuga foram chacinados por populares nas imediações do campo de batalha e nas aldeias vizinhas. O restante das forças franco-castelhanas saiu de Portugal uma parte passando por Santarém e depois por Badajoz, outra rumando a Norte e Leste, através da Beira.

No campo de batalha, as baixas portuguesas foram cerca de 1000 mortos, enquanto no exército castelhano se situaram em aproximadamente 4000 mortos e 5000 prisioneiros. Fora do campo da batalha, terão sido mortos nos dias seguintes pela população portuguesa, cerca de 5000 homens de armas castelhanos, em fuga. Não apenas pelo desfecho da Batalha, mas também pelo número de mortes verificado entre os seus nobres e homens de armas, Castela mergulhou num luto profundo até ao Natal de 1387.

Consequências da Batalha de Aljubarrota:

Embora o tratado de paz final com Castela só tenha sido assinado em 1411, em Ayllón (Segóvia), o desenlace da batalha de Aljubarrota foi uma pedra angular na garantia da independência do reino de Portugal, tornando possível o desenvolvimento de fenómenos inovadores, na vida colectiva do País:

Em primeiro lugar, frustrando as pretensões do rei de Castela ao trono português, Aljubarrota evitou, muito provavelmente, que Portugal fosse absorvido para sempre pelo seu poderoso vizinho castelhano. Nos campos de Aljubarrota assegurou-se a independência de Portugal e sancionou-se a legitimidade da Segunda Dinastia, a Dinastia de Avis.

Em segundo lugar, sem Aljubarrota o orgulho que temos numa história largamente centenária, configurando o estado português como uma das mais vetustas e homogêneas criações políticas do espaço europeu, não seria hoje possível.

Em terceiro lugar, tornou-se possível o estabelecimento de um novo tratado de aliança luso-britânico, que foi assinado em Windsor em Maio de 1386. Em consequência desse Tratado, D. João I recebeu por esposa D. Filipa de Lencastre, filha do Duque de Lencastre, concretizando a união entre as casas reais portuguesa e inglesa.

Em quarto lugar, Portugal suspendeu, no essencial, o objectivo de expansão para norte e para leste, à custa de Castela, que tinha sido alimentado nos conflitos fernandinos. A circunstância da paz com Castela permitiu uma relativa estabilização das fronteiras terrestres de Portugal.

Em quinto lugar, resolvido o problema militar e de independência com Castela, o País pôde reorientar as suas prioridades. Poucos anos depois de firmada a paz definitiva com Castela iniciava-se a primeira etapa da expansão marítima, com a conquista de Ceuta em 1415. Portugal iniciava a Época dos Descobrimentos Marítimos, onde conheceu algumas das páginas mais brilhantes da sua História.

Em conclusão, a Batalha de Aljubarrota proporcionou definitivamente a consolidação da identidade nacional, que até então se encontrava apenas em formação, e permitiu às gerações futuras portuguesas a possibilidade de se afirmarem como nação livre e independente.